



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

SELMA DINIZ FONSECA

**A SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO NO
PROCESSO DE CONCESSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A
experiência de um projeto de intervenção do serviço social do Papel Marchê.**

CAMPINA GRANDE

2017

SELMA DINIZ FONSECA

**A SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO NO
PROCESSO DE CONCESSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA: A
experiência de um projeto de intervenção do serviço social do Papel Marchê.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito para à obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dr. Maria Noalda Ramalho

CAMPINA GRANDE

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F676s Fonseca, Selma Diniz

A socialização da informação como instrumento no processo de concessão do Programa bolsa família [manuscrito] : a experiência de um projeto de intervenção do serviço social do Papel Marchê / Selma Diniz Fonseca. - 2017.

34 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho, Serviço Social".

1. Assistência social. 2. Programa social. 3. Programa Bolsa Família. 4. Organização papel marchê. I. Título.

21. ed. CDD 361.2

SELMA DINIZ FONSECA

**A SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO NO
PROCESSO DE CONCESSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A
experiência de um projeto de intervenção do serviço social do Papel Marchê.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço social da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito para
obtenção do título de bacharel em
Serviço social.

Área de concentração: Serviço social

Aprovada em: 08/08/2017.
NOTA: 10,0 (DEZ)

BANCA EXAMINADORA

Maria Noalda Ramalho

Prof.ª. Dr.ª. Maria Noalda Ramalho (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria do Socorro Pontes de Souza

Prof. Ms. Maria do Socorro Pontes Souza

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Susana Tavares de Oliveira

Susana Tavares de Oliveira

Assistente Social do Papel Marchê

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, José Diniz Fonseca e Margarida de Vasconcelos Fonseca, que, com muita perseverança, se empenharam para que eu chegasse a esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Finalmente um momento especial em minha vida está sendo concretizado, que é a conclusão do meu curso, tão desejado, de Serviço Social, uma etapa que está sendo muito gratificante e que desejo compartilhar com as pessoas que fizeram parte da minha trajetória.

Quero deixar meus agradecimentos às pessoas que fizeram parte desta conquista e que foram muito importantes para a realização deste sonho;

Agradeço, primeiramente, a Deus, pois sem Ele não teria forças para chegar até aqui;

Aos meus pais, pois sem a dedicação, incentivo e perseverança deles, não teria suportado até o término do curso. Foram para mim um exemplo de determinação e coragem;

Ao meu filho, Lucas Gabriel, pois foi minha inspiração de continuar e atravessar as barreiras;

Aos amigos do curso de Serviço social pelo companheirismo e amizade;

Às minhas colegas de estágio, pois sempre podíamos contar umas com as outras para realizar as atividades;

À minha família, meu irmão Sigelman, minha sogra, meu marido, tios, tias, primos e cunhada, pois acreditaram que eu iria vencer;

Ao pessoal do CMDDCA (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes) no qual faço parte, pois sempre me incentivaram a caminhar;

Às assistentes sociais, Fernanda e Juliana, do campo de estágio Papel Marche;

À minha querida supervisora de campo, Susana Tavares, por ser um exemplo de profissional, pela infinita paciência e palavras de incentivo e sabedoria para comigo;

À minha professora e orientadora, Noalda Ramalho, pela colaboração, auxílio e paciência ao longo da elaboração desse estudo.

À amada professora, Socorro Pontes, por ser um ser humano incrível e pela idealização da elaboração de um relato do projeto. E todos os professores que estiveram comigo nesta trajetória;

Enfim, quero agradecer à banca examinadora por sua presença e contribuição e a todos que fizeram parte, direta e indiretamente, desta longa jornada de 4 anos de curso. Só tenho a agradecer pela confiança a qual foi depositada em mim.

“O Bolsa Família tornou-se um dos principais programas de combate à fome no Brasil, pois para muitas famílias pobres, os benefícios desse Programa são a única possibilidade de obtenção de uma renda” (ZIMMERMANN, 2006, p.144)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. A ORIGEM DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	10
3. A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	14
3.1 A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social.....	17
4. A ORIGEM DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	19
4.1 Programa Bolsa Família: Público alvo, critérios de inclusão e valores do benefício.....	21
4.2 Condicionalidades do Programa Bolsa Família.....	22
5. O RELATO DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO - “A SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO NO PROCESSO DE CONCESSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA”.....	23
5.1- Caracterização da Instituição Papel Marchê.....	24
5.1.1. Identificação da instituição.....	24
5.1.2. Estrutura física da instituição.....	24
5.1.3. Recursos humanos e materiais da instituição.....	25
5.2- Ações do Projeto de Intervenção.....	25
5.3- Resultados do Projeto de Intervenção.....	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	31

A SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO NO PROCESSO DE CONCESSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A experiência de um projeto de intervenção do serviço social do Papel Marchê.

Selma Diniz Fonseca¹

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso traz a análise de um projeto de intervenção realizado na Organização Papel Marchê, hoje denominada oficialmente de Desenvolver Centro de Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento, situado no município de Campina Grande (PB) – PB, cujo título foi “A socialização da informação como instrumento no processo de concessão do Programa Bolsa Família”: O objetivo do referido projeto foi promover as informações necessárias referentes ao Programa Bolsa Família para a aquisição e reativação do benefício e informar às famílias quais os seus direitos perante o programa, procurando contribuir para a garantia do direito das mesmas através do acesso aos serviços públicos, como a assistência social, a saúde e a educação. Para transmitir as informações necessárias às famílias dos usuários da instituição, foram realizados os levantamentos dos contatos telefônicos dos usuários da instituição, comunicação com os mesmos para o seu comparecimento na instituição, coleta de assinaturas, encontros com as famílias, distribuição de cartilhas informativas e realização de rodas de conversa, constituindo-se num momento de aprofundamento sobre o papel da transferência de renda no enfrentamento da extrema pobreza e colaborando para que as famílias não tenham os seus direitos violados, como por exemplo, o cancelamento do benefício.

Palavras Chaves: Assistência social, direitos, Bolsa Família.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso traz a socialização do projeto de intervenção: “A socialização da informação como instrumento no processo de concessão do Programa Bolsa Família”, executado na Organização Papel Marchê,

¹Aluna de Graduação em Serviço social na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.

hoje denominada oficialmente de Desenvolver Centro de Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento, situado no município de Campina Grande – PB, cujo trabalho é voltado para o atendimento de crianças e adolescentes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.

A motivação para a realização deste projeto surgiu durante a realização de estudos dos cadastros sociais dos usuários da referida instituição, na qual se constituía como nosso campo de estágio do curso de Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Inicialmente, fizemos um levantamento minucioso nos cadastros sociais do Setor Social, onde continham informações preocupantes visto que, diversas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, encontravam-se com os benefícios cancelados, bloqueados e suspensos. Baseada em análises realizadas nos dados desses cadastros sociais, percebemos a necessidade de realizar um trabalho de intervenção, voltado para as famílias da instituição que detinham problemas no benefício do Bolsa Família.

Desta forma, diante desta realidade acompanhada cotidianamente no campo de estágio, surgiu a inquietação para a elaboração deste projeto de intervenção, que teve como finalidade de viabilizar os direitos das famílias, preconizadas na Constituição Federal de 1988, como por exemplo o acesso à rede de serviços públicos, em especial à saúde, à educação, segurança alimentar e à assistência social, como também esclarecer às famílias os motivos que levaram ao desligamento do benefício, bem como informá-las sobre os procedimentos a serem tomados, caso o motivo do desligamento do programa tenha ocorrido de forma improcedente, podendo, assim, ser inseridas novamente.

O projeto proposto contribuiu para a inserção das famílias no Programa Bolsa família, implicando no acesso à renda mínima e proporcionando o acesso aos serviços públicos, como saúde, educação e assistência social. O citado projeto, ainda, contribuiu para informar às famílias da Organização Papel Marchê sobre seus direitos e deveres perante o Programa Bolsa família e sobre a importância do mesmo para melhoria da sua situação de vida.

O presente artigo está baseado, inicialmente, na introdução, abordando a motivação do projeto de intervenção realizado no campo de estágio no Papel Marchê. Nos demais tópicos, será exposto e problematizada a origem das políticas sociais, a

trajetória da política de assistência social no Brasil, a origem do Programa Bolsa Família e, por fim, o relato do projeto de intervenção, explicitando a caracterização do Papel Marchê, as ações e resultados do projeto, encerrando-se nas considerações finais.

2. A ORIGEM DAS POLÍTICAS SOCIAIS

A partir das contribuições de Behring e Boschetti (2008), não pode ser detalhadamente preciso o período da iniciação das políticas sociais no Brasil. Segundo as autoras, as políticas sociais surgiram na afluência de ascensão do capitalismo, com a iniciação da revolução industrial, das lutas de classe e do movimento de intervenção estatal. As autoras realizam uma trajetória de como as políticas sociais contribuíram para o contexto social brasileiro, desde sua origem, relacionando-as com a profissão de serviço social até a experiência com o *Welfare State*, estabelecendo que a origem das mesmas está vinculada aos estados-nação situados na Europa e aos movimentos socialdemocratas.

Behring e Boschetti (2008) fazem uma breve retomada do contexto histórico até o surgimento das políticas sociais, abordando o modelo de política nas sociedades pré-capitalistas, as quais não lutavam por um bem comum para os cidadãos, mas atuavam no combate à vagabundagem, mantendo a ordem social através da correção e de leis que tinham como objetivo o caráter punitivo e opressor.

Castels (1998) sinaliza que as leis obrigavam os pobres a aceitar todo tipo de trabalho, sem reivindicar remuneração, com o propósito de proibir a mendicância. Junior (2012) destaca que as leis dos pobres foram as primeiras leis assistencialistas, e tinham como intuito restringir o trabalhador, os cidadãos não possuíam o mínimo de condição para sustentar suas famílias. Como as sociedades pré-capitalistas não possuíam mercado existia uma responsabilidade social – não intencionando garantir o bem comum, mas na intenção de garantir a ordem e punir tudo o que se pudesse configurar como ameaçador à ela. Estas ações, somadas às de cunho filantrópico e assistencial, se configuram, portanto, como sendo as protoformas das políticas sociais. Assim:

Se as legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o “abandono” dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da Revolução Industrial lança aos pobres à “servidão da liberdade sem proteção”, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p.51).

Behring & Boschetti (2008) apontam que a “assistência” recebida pelos pobres era restritiva, com o objetivo de não haver a mobilidade social entre os trabalhadores, mantendo a organização. As autoras afirmam que a “assistência” era sustentada pela Igreja e pela moral cristã, não a relacionando com a perspectiva do direito, mas baseada na prática do assistencialismo. No decorrer do tempo, foram surgindo leis, como a lei de Speenhamland e a lei dos pobres de 1834, cujo intuito não era assegurar os direitos dos cidadãos como classe trabalhadora, mas impor a obrigatoriedade do trabalho forçado.

Marx (1982) chama a atenção para a compra e venda da força de trabalho, afirmando que “na sociedade capitalista burguesa, o trabalho perde seu sentido como processo de humanização, sendo incorporado como atividade natural de produção para a troca independente de seu contexto histórico”. Foi através de lutas por melhoria de jornada de trabalho que surgiu a regulamentação de ações sociais. Segundo Machado (2007) a classe capitalista, em sendo detentora dos meios necessários à produção, submete a classe proletária a vender sua única mercadoria - a força de trabalho -, expressando aparentemente uma relação mercantilizada na qual cada uma das classes entra no processo produtivo com fatores equivalentes.

A relação da questão social e política social é analisada por Behring & Boschetti (2008), a partir da luta dos trabalhadores, da exploração existente, da luta de classe e no tempo de trabalho. Segundo elas, as primeiras expressões da questão social giraram em torno da luta pela jornada de trabalho e das respostas da classe e do Estado. As autoras relatam que as respostas dadas à questão social no século XIX foram repressivas, sendo algumas reivindicações da classe trabalhadora incorporadas, porém não atingindo o cerne da questão social.

Nesse contexto o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo das lutas e movimentos de organização da classe trabalhadora. Para Behring & Boschetti (2008) depois da grande crise do capital de 1929/1932, houve a necessidade de implantar medidas para o enfrentamento e

regulação do Estado, ou seja, o Estado adotou medidas para o “bem-estar” da população, como por exemplo: o pleno emprego, serviços e políticas sociais com vista a ampliar o mercado de consumo. Este período ficou conhecido como o Welfare State, ou seja a “idade de ouro” das políticas sociais.

Medeiros (2001) faz uma breve trajetória dos marcos institucionais relacionados ao Welfare State. Para este autor, o termo Welfare State foi usado na Inglaterra na década de 1940, diferente de outros países em que o mesmo foi designado de Estado de Bem-Estar Social, a exemplo do Brasil. Neste período, as políticas sociais vêm dar uma resposta à questão social a partir de uma concepção baseada na teoria de Keynes, na qual existia “crescimento econômico associado à justiça social”. Fazendo essa ponte, entende-se que no Brasil não aconteceu essa política de bem-estar social.

Medeiros (2001) também faz referência à década de 1960, mais precisamente ao ano de 1964, década esta acompanhada por profundas alterações nos sistemas institucionais e financeiros das políticas sociais. Neste período são implementadas políticas de massas, relativamente amplas. O autor faz alusão ao regime fortemente repressivo da época e também à restauração do estado novo.

Segundo Behring & Boschetti (2008), na década de 1980, no Brasil, ocorre a saída da ditadura militar, onde as lutas dos trabalhadores e outros segmentos sociais conseguiram colocar na Constituição Federal alguns direitos. Após longo período, os brasileiros voltavam às urnas em 1989 para eleger pelo voto direto o presidente e o vice-presidente da República.

A eleição foi realizada num momento de profunda frustração da sociedade brasileira com o governo Sarney, que fracassara no cumprimento de promessas proclamadas amiúde: controle da inflação, equacionamento do problema da dívida externa, retomada do crescimento econômico e distribuição de renda. Após uma disputa eleitoral bastante concorrida, o candidato – até então desconhecido da grande mídia – pelo Partido de Renovação Nacional (PRN), Fernando Collor de Mello, elegeu-se para a presidência. O mesmo teve sua imagem construída pela mídia, tendo sua base de apoio eleitoral assentada, principalmente, no grande capital, nos setores mais atrasados do capitalismo brasileiro e em amplos contingentes das camadas médias.

Malgrado seu plano econômico, Brasil Novo (Plano Collor), a viragem econômica estava embasada no pensamento neoliberal e consistia na reorientação do desenvolvimento brasileiro e na redefinição do papel do Estado. Seu discurso, que mais tarde seria apropriado pelos seus sucessores, dizia promover a passagem de um capitalismo tutelado pelo Estado para um capitalismo moderno, baseado na eficiência e competitividade.

Vendo seu plano econômico não apresentar o desempenho imaginado, o regime de alta inflação ser mantido, Collor ainda teve seu nome ligado à corrupção, fato este que o levou a ser retirado da presidência e, assim, ter postergado por algum tempo a entrada definitiva do neoliberalismo no Brasil. Concluído o processo de impeachment, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o posto para completar os dois últimos anos restantes daquele mandato. Suas principais orientações eram resgatar a ética na política e preparar o país para implantação de um novo plano de estabilização.

De acordo com Silva (2003) foi a partir do governo Collor, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o Plano Real – constituído na administração Itamar Franco – que as diretrizes das políticas neoliberais foram impostas ao Estado brasileiro. Dessa forma, FHC foi concedido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI (Fundo Monetário Internacional) e também, viabilidade política ao que faltava ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial (SINGER, 1997).

A autora discute que será a investida neoliberal da constituição de um Estado mínimo, estando atrelado a uma política de Estado desenhada pela Escola de Chicago nos Estados Unidos, que irá ser apreendida a partir da década de 1990. Assim, a partir da década de 1990, inicia-se o crescimento do terceiro setor e, também, os cortes de recursos para as políticas sociais.

Entretanto, Pereira (2012) ressalta que o Brasil aderiu à lógica neoliberal de forma retardatária. Acerca desse “atraso”, é possível aduzir um fator de suma importância como forma de atrasar o advento neoliberal em nosso país. A ampliação da frente política de oposição ao regime militar no momento final da crise desse regime – acordos para a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney - estreitou as possibilidades de política econômica.

Além deste, temos a crescente mobilização social durante os anos de 1970 e 1980 representada no novo sindicalismo, no MST (Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra) e, posteriormente, no PT (Partido dos Trabalhadores) que coadunaram para que o projeto neoliberal não fosse implementado de forma cabal, como ocorreu tanto na Argentina quanto no Chile.

Depois da explanação dos fatos mencionados, relacionados à origem e trajetória das políticas sociais no Brasil, adentraremos no item seguinte, especificamente, na trajetória e contextualização da Política de Assistência Social no Brasil.

3. A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 foi uma grande conquista para o cidadão, e a sociedade como um todo, pois foi através dela que a Assistência Social, tornou-se política de seguridade social, de responsabilidade do Estado e direito do cidadão (SOUSA, et. al. 2013, p.5).

A assistência social como política de proteção, configura-se, como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos os que dela necessitam, a provisão dessa proteção (BRASIL, 2004, p.15).

Partindo do governo Collor, primeiro presidente eleito depois da Constituição Federal, Alvarenga (2012) e Schons (1999) sinalizam que o mesmo tentou desmembrar todo o projeto da seguridade social elaborado na Constituinte de 1988. O presidente Collor, substituiu o discurso social-democrata do período eleitoral, confiscando bens, congelando preços e salários, iniciando o processo de privatização das estatais. Para o mesmo, as políticas que faziam parte da seguridade social, possuíam um viés paternalista, moralizante e assistencialista. Alvarenga (2012) situa que a passagem do presidente Collor foi relâmpago, entretanto, suficiente para adotar práticas regressivas.

O governo de Itamar Franco ficou conhecido por adotar o plano real, cujo objetivo foi a estabilidade econômica. Na visão de Alvarenga (2012) e Couto (2006) o plano real tinha o objetivo de redefinir o papel do Estado, passando a ser um

administrador macroeconômico e de produção de bens sociais. O governo de Itamar, na ótica e Alvarenga (2012) pouco contribuiu para a implementação das políticas de seguridade social instituídas pela Constituição Federal, mantendo o caráter assistencialista, clientelista e populista do passado, sendo nesta gestão que as políticas deram um passo importante ocasionando o surgimento da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e o plano de combate à fome de 1993.

Pereira (2009) chama a atenção para a aprovação da LOAS, surgida por pressão do ministério público e pelas denúncias divulgadas pela comissão parlamentar, referentes aos desvios de verbas públicas da assistência social. A LOAS, na visão de Fontenele (2007) e Couto (2006), definem a assistência social como direito do cidadão e dever do estado, garantia da dignidade humana, que provê os mínimos sociais através de um conjunto de ações.

A Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS, instituiu definitivamente a Assistência Social como um direito social não contributivo, estabelecendo seus princípios e diretrizes, bem como a proteção social a ser garantida por meio de serviços, benefícios, programas e projetos (QUINONERO, et. al.2013, p. 47).

Segundo Alvarenga (2012), Itamar Franco adotou outra política chamada de Plano de Combate à Fome, assumindo o compromisso de executar uma proposta lançada pelo presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, cujo nome era Política Nacional de Seguridade Alimentar, que tinha como objetivo realizar diversas atividades alimentares, em parceria do Estado e sociedade, pautando-se em três princípios: solidariedade privada, parceria entre Estado, mercado e sociedade, e a descentralização da provisão social. O plano perdeu visibilidade e dois anos depois foi extinto, mostrando-se ser incapaz de melhorar a vida do cidadão, e a incapacidade de redução do desemprego.

Partindo para a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – 1995/1998 – 1998/2002, a proposta foi de dar continuidade ao plano real, com o intuito de superar a crise e retomar o desenvolvimento. Bering e Boschetti (2008) associa o plano real, às tendências mundiais, aliadas à ideologia neoliberal. Outras medidas adotadas no governo FHC favoreciam à concentração de renda, à especulação e privatização.

No governo de FHC, as áreas de políticas sociais e a assistência social, não obtiveram êxito, ou seja, no primeiro, o pacto social era

tido como uma medida paternalista e acarretava o aumento do déficit público e no segundo, na área de assistência social, o governo adotou o neoliberalismo e desconsiderou a LOAS (SILVA et al. 2010).

Com base na visão de Alvarenga (2012), as políticas de distribuição de riqueza não enfrentavam a pobreza, pois dependiam de transformações estruturais que seu governo não estava comprometido.

Alvarenga (2012) chama a atenção ao destaque da assistência social no governo de Lula. Segundo a autora, esta política foi reconhecida, não só pelas propostas do governo, mas também pela trajetória de longas lutas, dos que queriam continuar o desenvolvimento da política de assistência social, como consta na LOAS. Além de outros programas citados no governo de Lula, ela cita os Programas Fome Zero e o Programa Bolsa Família. Segundo. Silva et al. (2010) “o Brasil é hoje referência internacional no quesito de políticas de segurança alimentar, desenvolvimento rural e de combate à pobreza” (p. 12).

O Programa Fome Zero, na perspectiva de Alvarenga (2012) e Silva (2010), resultou da promessa de eliminar a fome no Brasil. A finalidade do programa era assegurar à alimentação adequada à população com dificuldade de acesso à alimentação. A tarefa de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade não pode ser apenas uma proposta de governo, mesmo que sejam articulados com eficiência todos os órgãos setoriais nos níveis federal, estadual e municipal.

A alimentação de qualidade é um direito inalienável de todo Cidadão, sendo dever do Estado criar as condições para que a população Brasileira possa efetivamente usufruir dele. O público a ser contemplado nesta proposta é grande: 9,3 milhões de famílias (ou 44 milhões de pessoas) muito pobres, que ganham menos de um Dólar por dia. (BRASIL, 2010)

Outro programa que se expressou como carro-chefe no governo Lula foi o Programa Bolsa Família, que é um programa de transferência direta de renda, baseado em condicionalidades para o recebimento do mesmo. O referido programa, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2008) beneficia as famílias pobres e extremamente pobres.

O citado programa fundamenta-se em três eixos: a transferência de renda, as condicionalidades e programas complementares. O primeiro eixo promove o alívio imediato da pobreza, o segundo o acesso a direitos básicos, como na área de educação,

saúde e assistência social e o terceiro a superação da vulnerabilidade, objetivando o desenvolvimento das famílias. O governo não modificou os determinantes de pobreza estrutural do país, apenas funcionalizou a pobreza, mantendo o estado de insegurança e dependência dos seus usuários. (ALVARENGA, 2012). Mais adiante nos deteremos de maneira mais detalhada no referido programa.

No item que segue, apresentaremos especificamente a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) de 2004 e o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), expondo a sua importância para a garantia e efetivação da Política de Assistência Social garantida na Constituição Federal de 1988.

3.1 A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social

A PNAS, aprovada em 2004, apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. O processo de formulação da PNAS/2004, segundo Pires (2005), passou por um percurso longo – pois a formulação e implementação do SUAS foi deliberado na I Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 1995 – sustentado pela necessidade de estruturá-la, bem como seus dispositivos operacionais.

As gestões federais criaram diferentes empecilhos para o avanço das políticas sociais, em especial à política de assistência social.

Alvarenga (2012) sinaliza que foi a partir da IV Conferência Nacional, realizada em 2003, primeiro ano do governo Lula, que a demanda pela estruturação do SUAS entra na agenda do governo federal. O que não significa que a construção da política se limita a esse período (2003-2004), momento em que ela se tornou pauta do Ministério, foi redigida e aprovada. No ano de 2004 o Ministério da Assistência Social foi substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), vivia-se um período de reestruturação do novo Ministério

Segundo Alvarenga (2012), a construção da atual PNAS iniciou bem antes de 2004. Desde a inscrição da Assistência Social como uma política de Seguridade Social se formou o que Pinheiro (2008), chamou de um “movimento não instituído pela

assistência social”. Esse movimento era composto por acadêmicos, pelas universidades, alguns usuários, sindicatos, conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) no qual, lutavam por mudanças na assistência social conforme estabelecido pela constituição federal de 88.

Ações no campo da assistência social, mesmo depois da aprovação da LOAS, continuou como antes – gestões federais elaborando ações pontuais, descontínuas e focalizadas, cuja responsabilidade era atribuída à sociedade e não assumida pelo Estado. E era com esse modelo de assistência social que o movimento desejava romper no governo Lula.

Segundo o MDS (BRASIL, 2004), a política de assistência social visa entre outros, realizar-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, o enfrentamento, a garantias dos mínimos sociais e a universalização dos direitos sociais. Os usuários da política social são os cidadãos e grupos em condições de vulnerabilidade e riscos, ou seja: famílias ou indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade.

Nesta perspectiva, a PNAS (BRASIL, 2004) busca o esclarecimento das diretrizes e a incorporação de demandas presentes na sociedade, com o propósito na efetivação da assistência social, como um direito da sociedade e dever do Estado.

Segundo Alvarenga (2012) e Mendonsa (2012), foi no governo Lula que se materializou o SUAS, através da IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003), decorrente de mobilizações de profissionais como os Assistentes Sociais, havendo mobilizações em fóruns, colegiados, sindicatos e conselhos. Planejado e executado pelos governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, em estreita parceria com a sociedade civil, “no SUAS as ações da assistência social são organizadas tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades”. (BRASIL, 2008, p.13)

O SUAS estabeleceu uma série de regras para organizar e operacionalizar as ações da assistência social, se tornou a esperança de uma guinada em direção aos pressupostos da Constituição Federal e da LOAS. Pela primeira vez na história do país, serviços, programas e benefícios foram destinados à cerca de 50 milhões de brasileiros, em todas as faixas etárias. (BRASIL, 2008).

Para que fosse implementado o SUAS, era necessário construir uma política que o fundamentasse. A partir daí, foi inserida no contexto a PNAS de 2004, um

marco orientador que veio para reforçar e reordenar a assistência social no Brasil (ALVARENGA, 2012)

Conforme nos apresenta Mota (2008), o SUAS viabilizou a normatização, organização, racionalização e padronização dos serviços, bem como a história cultural da prática assistencialista brasileira.

Define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede sócio assistencial (BRASIL, 2004, p.39).

Assim, a PNAS e o SUAS, configuram-se como balizas fundamentais, constituindo-se como ações socioassistenciais, cujos serviços e projetos focam na atenção à família, seus membros e indivíduos.

4. A ORIGEM DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Segundo Petersen e Siedenberg (2006), para cumprir com objetivos da Constituição Federal de 1988, para erradicar a pobreza e a marginalização no qual vivenciava o país e reduzir as desigualdades sociais e regionais, foi instituído na gestão do presidente Lula o Programa Bolsa Família (PBF), o qual estava sob a gestão do então MDS, atualmente denominado de Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. O mesmo foi intitulado como o carro-chefe da política social do governo do citado presidente e trabalha com três eixos que são a transferência de renda, condicionalidades e programas complementares.

Campelo e Neri (2014), acrescentam que em 2003, o PBF dava seus primeiros passos, tendo à frente um amplo conjunto de desafios. Seus objetivos eram contribuir para a inclusão social das famílias em situação de pobreza e miséria, com alívio imediato de sua condição, e estimular avanços na educação ,saúde e assistência social para interromper o ciclo Inter geracional de reprodução da pobreza.

O PBF foi instituído em 2003 e conforme Petersen e Siedenberg (2006), foi convertida em lei em janeiro de 2004. Pode afirmar que o programa unificou outros

programas existentes no governo federal, que foram instituídos pelo governo de FHC, que tinham como objetivo a transferência renda para as famílias mais pobres. Os programas que foram unificados foram: o auxílio-gás, bolsa –alimentação, bolsa-escola, cartão-alimentação, PETI e Agente Jovem, todos os programas tinham como finalidade, a inclusão social.

Dentre os benefícios que o programa acarreta, estão, o acesso à rede de serviços públicos como a saúde, educação e assistência social, e combater a fome, ou seja, “é um programa, voltado para às famílias consideradas em situação de pobreza ou extrema pobreza” (XIMENES E AGATTE, 2011, p.12)

Santana (2007) faz uma trajetória dos programas que foram unificados e estruturados. A bolsa escola tinha como público alvo, crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos matriculados no ensino regular e famílias com renda per capita de até R\$ 90,00. O benefício no valor de R\$ 15,00 por criança ou adolescente, chegava ao limite de três por família. Era pago através do cartão magnético e estava associado à frequência escolar de 85% da criança ou adolescente.

O bolsa alimentação adotado pelo Ministério da Saúde possuía o mesmo critério do programa acima, se propondo a atender crianças de até 7 anos de idade, nutrízes e gestantes, ou seja, as famílias recebiam R\$ 15,00, com a mesma restrição da bolsa escola, sendo este, com o compromisso na área de saúde, com isso mantendo a carteira de vacinação em dia, o acompanhamento do desenvolvimento de crianças e o acompanhamento de pré-natal.

O auxílio-gás, possibilitava o valor de R\$ 15,00 a cada dois meses para as famílias, para a aquisição do botijão de gás, para as famílias que já eram beneficiadas de outros programas como bolsa escola e bolsa alimentação. Por fim, o cartão alimentação, era um benefício no valor de R\$50,00 para as famílias em situação de risco alimentar. Com isso, o PBF é uma unificação destes programas buscando maior racionalidade administrativa e de custo.

Mesquita e Freitas (2013) chama a atenção para os programas de transferência de renda que podem ser de caráter contributivo e não contributivo. Os programas de caráter contributivo, são as pensões, aposentadorias, seguro desemprego, dentre outros. O PBF é um programa de transferência de renda não contributivo. Todos estes programas citados estão inseridos no sistema de proteção social, no qual todas as sociedades humanas necessitam para enfrentar as vicissitudes de ordem social, como

desemprego, falta de moradia, ou proteção na ordem biológica como a infância e a velhice, uma proteção que ameniza o risco dos seus membros.

Mesquita (2007) discute a importância do PBF, e afirma que, apesar de não estar formalmente integrado à PNAS, o programa é uma ação de proteção básica, que visa à prevenção dos seus membros, das situações de risco por meios de suas potencialidades. O autor afirma que o programa é uma segurança de rendimentos pois, proporciona a segurança monetária de seus membros, mantendo a sobrevivência, independente do trabalho e desemprego.

4.1 Programa Bolsa Família: Público alvo, critérios de inclusão e valores do benefício

Segundo o MDS (BRASIL, 2015) o PBF possui um público alvo variável, ou seja, são 14 milhões de famílias beneficiadas. Famílias que possuem mulheres gestantes, famílias com filhos de 0 a 15 anos, nutrizes e famílias vinculadas a adolescentes de 16 e 17 anos de idade, pode ter acesso ao benefício.

Baseada nas informações de Castro e Modesto (2010), para a classificação do público alvo e para ter acesso ao benefício do PBF, são consideradas pobres, famílias que recebem entre R\$ 80,00 a R\$ 140,00 por pessoa e extremamente pobres, famílias que recebem até R\$ 80,00 por pessoa.

Petenser e Siedenberg (2006) ratifica que os benefícios são repassados através da Caixa Econômica Federal e podem ser complementados pelos estados e municípios. Segundo os autores, o recebimento do benefício pode ser temporário, pois, os beneficiários pelo programa podem emancipar-se e deixarão de necessitá-lo.

Os valores do benefício, segundo o Portal Bolsa família (BRASIL, 2017), variam conforme a situação que se encontra cada família. O benefício básico é direcionado para as famílias de extrema pobreza, independentemente do número de membros da família, seu valor é de R\$ 85,00. O benefício variável é para famílias pobres ou extremamente pobres que possuam gestantes, lactantes, crianças e

adolescentes de até 15 anos, seu valor é de R\$ 39,00 por pessoa nesta condição, até no máximo cinco. O Variável Jovem atende adolescentes de 16 e 17 anos, recebendo R\$ 46,00, atendendo até duas pessoas por núcleo, podendo chegar a R\$ 92,00. Segundo o programa, o valor do PBF, é reajustado anualmente, fato acontecido este ano de 2017.

4.2 Condicionalidades do Programa Bolsa Família

As condicionalidades do PBF são compromissos assumidos pelo poder público, e pelas famílias beneficiárias nas áreas de saúde, educação e assistência social. Tem como objetivo, elevar o grau de efetivação de direitos sociais por meio do acesso aos serviços sociais básicos de saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2008).

As condicionalidades segundo Batista (2007) surgiram e foram pensadas, com o intuito de promover o acesso aos brasileiros, a bens básicos e essenciais. Tanto na área da saúde, como na área da educação, contribuindo para a redução da pobreza a futuras gerações. A importância do cumprimento das condicionalidades referentes ao PBF são obrigações nas quais todas as famílias devem cumprir, na área da saúde, educação e assistência social, para crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 15 anos. Sem o cumprimento dessas condicionalidades, os benefícios das famílias poderão ser bloqueados ou cancelados.

Para o PBF o acompanhamento das condicionalidades tem como objetivo reforçar o direito de acesso das famílias aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social, responsabilizar o poder público pelo atendimento; monitorar o cumprimento de compromissos pelas famílias beneficiárias; identificar, nos casos de não cumprimento, situações de maior vulnerabilidade, de forma a orientar as ações do poder público para o acompanhamento destas famílias. (BRASIL, 2013).

Na área da saúde, segundo Batista (2007), é acompanhada semestralmente, a medição, vacinação e peso da criança/ adolescente para crianças de 0 a 7 anos de idade. As famílias devem levar a criança para vacinação e manter atualizado o cartão de vacina, as crianças devem ser medidas e pesadas conforme o calendário do Ministério da Saúde. O autor também enfatiza as condicionalidades para as gestantes e mães que amamentam, continuando o acompanhamento após o parto e participar de

atividades desenvolvidas pelos profissionais da saúde, sobre o aleitamento materno e a alimentação saudável.

Na área da educação, Batista (2007) chama a atenção para crianças de 6 e adolescentes de 15 anos de idade, no qual, devem estar matriculadas na escola regular e possuir 85% de frequência escolar e das aulas mensalmente. E na área da assistência social, as condicionalidades têm como objetivo, serviços sócio educativos e de convivência.

A gestão do acompanhamento das condicionalidades na área da educação é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e realizado por profissionais da educação em todos os municípios do país e dos estados, com o apoio e parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome. O compromisso da condicionalidade da educação é a frequência escolar de cada integrante em idade escolar (de 6 a 17 anos) das famílias beneficiárias do Bolsa Família. (PORTAL BRASIL, 2016).

De acordo com Batista (2007), no ano de 2004 houve a necessidade de haver o reordenamento das condicionalidades. Os ministérios, tanto da educação, como da saúde e em parceria com MDS, foram estabelecendo atribuições para cada um destes ministérios, contribuindo nos andamentos da área da saúde (pesagem e medição de crianças e adolescentes e monitoramento das ações), e também da educação (frequência e evasão escolar).

Com base nas atribuições relacionadas ao governo federal, aos municípios e aos Estados, Batista (2007) enfatiza que cada um deles possui especificidades e, ao mesmo tempo, inter-relacionam-se. O município precisa promover, em articulação com o Estado e União, o acompanhamento das condicionalidades, mantendo os dados das famílias atualizados.

Em relação ao Estado, é de sua competência, disponibilizar o apoio técnico aos municípios, garantindo que as escolas estaduais situadas nos municípios, se responsabilizem em informar ao gestor municipal da educação, a frequência escolar dos alunos. E por fim, o governo federal, precisa disponibilizar o sistema, para o acompanhamento das condicionalidades, apoio e capacitação dos gestores municipais e estaduais.

5. O RELATO DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO - “A SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO NO PROCESSO DE CONCESSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA”

5.1- Caracterização da Organização Papel Marchê

5.1.1. Identificação da instituição

A Organização Papel Marchê surgiu no mês de março de 1993, onde atuava como escola especial, sendo que em 2003 tornou-se OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e por fim em 2010, tornou-se o Desenvolver Centro de Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento, onde realiza um trabalho voltado para o atendimento de crianças e adolescentes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. O Papel Marchê, serviu de base para o desenvolvimento do projeto de intervenção aqui relatado. O mesmo está localizado na rua Giovani Gioia, nº 172, no Bairro do Cruzeiro, situado no município de Campina Grande (PB).

5.1.2. Estrutura física da instituição

A estrutura física do Papel Marchê está dividida da seguinte maneira: um prédio térreo (alugado) e outro de primeiro andar (próprio). No geral a instituição conta com vinte e uma salas.

No primeiro prédio (alugado) funciona um espaço de espera para as consultas médicas com a pediatra e o ortopedista, um banheiro, uma sala com banheiro para atendimento médico, uma sala para exame de eletroencefalograma e eletrocardiograma, uma sala para exames de audiometria, uma sala da coordenação geral, uma cozinha, uma sala do setor administrativo, uma sala para avaliação e outra sala para atendimento psicológico.

No segundo imóvel (próprio) temos na parte do térreo uma sala de recepção e presidência com banheiro, três salas para os atendimentos psicopedagógicos, uma sala de atendimento psicológico, dois banheiros para o público, uma sala para o atendimento do serviço social com banheiro, e um elevador para acesso das pessoas com dificuldades de locomoção. No primeiro andar temos um espaço para recepção dos usuários, duas salas para os atendimentos médicos com o neurologista, psiquiatria e clínica médica, uma sala para os atendimentos fonoaudiólogos, uma sala para os atendimentos de acupuntura, três salas para os atendimentos e de fonoaudiologia, um auditório onde funciona o grupo de estudos e o atendimento da FUNAD (Fundação Centro de Apoio ao Portador de Deficiência), órgão público estadual, para atender às pessoas com deficiência na emissão de laudos para a inclusão no mercado de trabalho, aquisição da carteira do passe livre (interestadual, intermunicipal e local), benefícios assistenciais e previdenciários entre outras coisas.

5.1.3 Recursos humanos e materiais da instituição

Os recursos humanos são formados por uma direção, uma coordenadora geral, uma tesoureira, três assistentes sociais, sendo uma na coordenação do serviço social, cinco estagiárias do curso de Serviço Social da UEPB e um da UNOPAR e UNIP, cinco psicólogos, sendo uma na coordenação do setor de psicologia, uma estagiária do curso de psicologia da UFCG; uma fisioterapeuta, dois acumpuristas, uma enfermeira e dois técnicos em enfermagem, uma pediatra, um ortopedista, dois psiquiatras, oito psicopedagogos, um neurologista, dois fonoaudiólogos, dois cardiologistas, dois clínicos, duas secretarias, um porteiro, um motorista, uma cozinheira e uma funcionária de apoio.

Os recursos materiais são equipamentos para exames (eletroencefalograma, eletrocardiograma e audiometria), jogos e brinquedos pedagógicos, materiais para suporte dos atendimentos psicológicos e fonoaudiólogos, testes psicológicos, agulhas e sementes para os atendimentos de acupuntura, material de escritório; computadores e notebook, geladeiras, fogão, data show e mobilhas. Cada equipamento com o profissional específico.

5.2- Ações do Projeto de Intervenção

O projeto de intervenção foi executado no período de dezembro de 2015 a setembro de 2016. Dentre as diversas ações que foram realizadas para a concretização do projeto, estão: o levantamento dos contatos telefônicos dos usuários da instituição, comunicação com os mesmos para o seu comparecimento na instituição, coleta de assinaturas dos usuários no Termo de Autorização dos mesmos para ocorrer o deslocamento das estagiárias ao Cadúnico para realizar a coleta de informações dos usuários e conversa das estagiárias com um dos responsáveis do referido cadastro em Campina Grande (PB).

Além de tais ações, também foram feitos encontros com as famílias, com o objetivo de promover um momento de comunicação, mostrando a importância do projeto a ser realizado, contribuindo para que as mesmas conheçam seus direitos e deveres sobre o Programa Bolsa Família. Também foram distribuídas cartilhas informativas, para que as mesmas fossem orientadas e esclarecidas sobre o programa. Finalmente, foram realizadas rodas de conversa com as famílias, com o intuito de haver a interação entre elas e a socialização das informações.

Participaram do projeto em torno de 11 famílias dos usuários da Organização Papel Marchê. Para organizar as informações das referidas famílias, foi elaborada uma tabela, onde constava a data, o nome do usuário e de seu responsável, o contato telefônico, o número do NIS e, também, a situação das famílias colhidas no cadastro social, a exemplo de: não recebe o benefício por conta do BPC, só recebe 30 reais e não sabe o motivo, procurou o CADUNICO para refazer o cadastro e nunca recebeu, dentre outras. Também, foi inserido na tabela o procedimento atual verificado no CADUNICO, como: benefício cancelado, bloqueado ou suspenso.

Depois da nossa ida à sede do CADUNICO para verificação dos cadastros, o responsável pela verificação do NIS dos usuários, comprovou que havia alterações nos cadastros, como a não atualização dos dados, a renda não comprovada, possível mudança de endereço, não procura pelo recebimento do dinheiro por mais de 3 meses (tempo máximo), dentre outros.

Após esta ação, foi executada uma conversa individual com cada integrante da família, no intuito de averiguar se as mesmas tinham o interesse de se deslocar até o

CADUNICO para atualizar o seu cadastro. Com base nos relatos, algumas famílias mostraram interesse em normalizar a sua situação, enquanto que outras famílias já tinham se emancipado e relataram que não necessitavam mais do benefício.

Para as famílias que demonstraram interesse, as encaminhamos para o Cadúnico, informando que levassem a documentação necessária e o número do NIS para a averiguação da situação que cada uma se encontrava e correção das inconsistências.

De acordo com os dados expostos no projeto, todas as ações planejadas foram realizadas no tempo que foi previsto, apesar de alguns entraves existentes, como: a falta de tempo para se deslocar ao Cadúnico (local da coleta de informações dos usuários da organização), a constante queda do sistema do Programa Bolsa Família e a dificuldade relacionada aos contatos com as famílias partícipes do projeto.

5.3- Resultados do Projeto de Intervenção

As ações realizadas para a concretização do projeto de intervenção aqui socializado, acarretaram benefícios para as famílias da Organização Papel Marche, pois teve como base a informação para a garantia de direitos, como também o esclarecimento necessário da situação de cada família, com isso, possibilitando uma eventual reativação do cadastro ou até, mesmo, o recebimento do benefício, ou seja, foi através da informação que orientamos as famílias sobre a atual situação do benefício e também esclarecemos a causa da inativação do cartão do NIS (Número de Identificação social).

Os resultados do projeto foram bastante positivos e proveitosos, visto que, os esclarecimentos e, também, o repasse de informações pelas estagiárias do Setor Social do Papel Marchê, possibilitou para as famílias usuárias da Instituição a comunicação entre elas e a coordenação do Programa Bolsa Família em Campina Grande (PB), desaguando na revisão dos dados do seu Cadúnico para uma possível reinserção no programa.

Assim, o projeto contribuiu na ampliação da cidadania das famílias participantes, pois além de ter colaborado para o esclarecimento sobre os limites e

alcance do Programa Bolsa Família, também proporcionou a sua retomada a este, visto que a falta de informação havia colaborado para o seu desligamento do benefício e, também, para a atual precária situação em que as mesmas se encontravam.

Acreditamos que os objetivos alcançados foram bastante eficazes, visto que o projeto de intervenção corroborou para a efetivação do direito das famílias ao acesso ao programa de renda mínima, uma vez que auxiliou para que as mesmas obtivessem os esclarecimentos necessários referentes à sua atual situação no Bolsa Família, contribuindo, desse modo, para o reativamento do mesmo.

A experiência vivenciada durante o projeto, aqui socializado, nos possibilitou refletir sobre os direitos e deveres das famílias usuárias do Papel Marchê, ou seja, direitos na área da Educação, Saúde e Assistência Social, e deveres, como o cumprimento das condicionalidades existentes no Programa Bolsa Família.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, ao contextualizar e problematizar a origem das políticas sociais no Brasil e sua contribuição para o contexto brasileiro, foi analisada a sua origem e trajetória, tanto referentes às sociedades pré-capitalistas, como contextualizado nos parâmetros do Welfare State e, também, nos pressupostos neoliberais.

Com base nesta perspectiva, foi abordada a trajetória da assistência social no Brasil, constituindo-se como política pública a partir da Constituição Federal de 1988, configurando-se com uma nova roupagem aos direitos sociais, na estratégia para a minimização de desigualdades sociais e garantia do direito dos indivíduos em condição de igualdade por meio da proteção do Estado, constatando-se a inevitabilidade das ações realizadas para as famílias usuárias do Papel Marchê.

O presente artigo problematiza a experiência de um projeto de intervenção, desenvolvido por estagiárias do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. O qual teve como meta maior a reinserção no Programa Bolsa Família dos usuários do Papel Marchê, que estavam com os benefícios suspensos.

É importante frisar a relevância deste projeto para as famílias do Papel Marchê, pois a informação e esclarecimento sobre a sua atual situação no Cadúnico, corroborou para o reativamento do cadastro, atualização de dados e, o mais importante, o recebimento do benefício. Com isso, as famílias terão uma fonte de renda para colaborar com a sua independência financeira.

O desenvolvimento do referido projeto de intervenção também trouxe sua contribuição para a produção teórica, uma vez que gerou conhecimento para a área da assistência social. Assim, avaliamos o mesmo como importante e salutar ao campo do conhecimento prático e teórico.

LA SOCIALIZACIÓN DE LA INFORMACIÓN COMO INSTRUMENTO EN EL PROCESO DE CONCESIÓN DEL PROGRAMA BECA FAMILIA: La experiencia de un proyecto de intervención del servicio social del Papel Marcha.

Selma Diniz Fonseca

RESUMEN

Presente trabajo de conclusión de curso aporta el análisis de un proyecto de intervención realizado en la institución Papel Marcha, hoy llamada oficialmente de desarrollarse del Centro de Participación Escolar Especializada en la Persona con Insuficiencia y Convulsiones Global del Desarrollo, colocado en la grande ciudad de Campesina – de Pb, cuyo título fue “la socialización de la información come instrumento en el proceso de concesión del Programa Beca Familia”: El objetivo de dicho proyecto fue promover la información necesaria correspondiente al Programa Beca Familia para la adquisición y reactivación de beneficio einformaràs familias, el cual sus derechos ante el programa, al pretender contribuir a la garantía a dodireito los mismos a través del acceso a los servicios públicos, como la asistencia social, la salud y la educación. Para se te realizaste transmitiste información necesaria para las familias de los usuarios de la institución, las investigaciones de los contactos telefónicos de los usuarios de la institución, comunicación con el mismos para su comparencia en la institución, reúnes de firmas, de encuentros con las familias, de distribución de silabarios informativos y realización de ruedas de conversación, constituyéndose en el momento de profundización sobre el papel de la transferencia de

renta en la confrontación del extremo pobreza colaborando para que las familias no tengan sus derechos violados, como, por ejemplo, la anulación del beneficio.

Palabras -Clave: Asistencia social, derechos, Beca Familia.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Mirella S. **Risco e vulnerabilidade: Razões e implicações Para o uso na política nacional de assistência social**, 2012. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5790_Mirella%20Souza%20Alvarenga.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2017.

BATISTA, Elizangela, M. **Programa Bolsa Família: Condicionalidades, focalização e valor do benefício**. Brasília, 2007. Disponível em: <[file:///C:/Users/selma/Downloads/programa_bolsa_batista%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/selma/Downloads/programa_bolsa_batista%20(2).pdf)>. Acesso em 30 de julho de 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Programas sociais do MDS**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Fome zero: a experiência brasileira**, Brasília, 2010.

BRASIL. Bolsa Família: **Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social**. Xapuri – AC, 2013.

BRASIL. **Bolsa Família: transferência de Renda e apoio à família no acesso à saúde, educação e assistência social**. Brasília, 2015.

BRASIL. **A Assistência Social passa por profundas mudanças no Brasil**. Brasília, 2017.

CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**: Ed. Cortez, Brasília, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, V.1, 8ª ed. São Paulo, 1998.

CASTRO, Jorge A; MODESTO, Lucia. **Bolsa Família – 2003 – 2010: Avanços e desafios**, V.1, %Brasília, 2010.

COUTO, Berenice R. O. **Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FONTENELE, Iolanda. **A Política de Assistência Social no Brasil: O foco na família e a questão dos mínimos sociais**. Pelotas, 2007.

JUNIOR, Gilson, L. A lei dos pobres 1601: **Primeira lei assistencialista e política de bem-estar social**, São Paulo, 2012. Disponível em: < <http://webartigos.com/artigos/a-lei-dos-pobres-1601-primeira-lei-assistencialista-e-politica-de-bem-estar-social/101885>>. Acesso em 22 de julho de 2017.

MACHADO, Antônio M. **O processo de precarização do trabalho: estudo de caso do funcionalismo público**. Florianópolis, 2007.

MARX, Karl. **O capital**. 7ª ed. São Paulo, 1982.

MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990**. Brasília, dezembro, 2001.

MENDOSA, Douglas. **Gênese da política de assistência social do governo Lula**. São Paulo, 2012.

MESQUITA, Adriana A; FREITAS, Rita C. **Programas de transferência de renda e centralização nas famílias: prioridades do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão, 2013**. Disponível em: < http://osocialemquestao.ser.puc.rio.br/media/OSQ_30_Mesquita_Freitas_10.pdf>. Acesso em: 24 de julho de 2017.

MESQUITA, Camile S. **O programa Bolsa Família: Uma análise de seu impacto e alcance social**. Brasília, março de 2007.

PEREIRA, L, C, B. **Brasil: sociedade nacional-dependente**, São Paulo, 2012. Disponível em :< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000200008> Acesso em: 31 de julho de 2017.

PEREIRA, Potyguara. **Política Social: temas e questões**. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 2009.

PETERSEN, Leticia L; SIEDENBERG, Dieter R. **Programa Bolsa Família: que concepção de desenvolvimento o norteia, 2006**. Disponível em: <<http://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos2/05.pdf>> Acesso em: 26 de julho de 2017.

PINHEIRO, Marcia M. **O CNAS: Entre o interesse público e o privado**, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/17942/1/Marcia%20Maria%20Biondi%20Pinheiro.pdf>>. Acesso em: 31 de julho de 2017.

PIRES, Maria I. **Política Nacional de Assistência Social, SUAS e legislações pertinentes**, 2005. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/material_apoi_o/mariaizabel_suas.pdf>. Acesso em: 15 de abril 2017.

PORTAL BRASIL, 2016. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/02/bolsa-familia-avanca-garantindo-saude-a-maes-e-criancas>>. Acesso em: 25 de julho de 2017

QUINONERO, Kamila G. et, al. **Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS, 2013**. Disponível em: < http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSO_30_Quinonero_3.pdf> Acesso em: 26 de julho de 2017.

SANTANA, Jomar A. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. 2007**. Disponível em: < http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/SemPopPob07_1019.pdf . Acesso em: 26 de julho de 2017.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”**. 4 ed. São Paulo: Cortez. p. 45-67, 1999.

SILVA, Jose G. et. Al. Fome zero: **A experiência brasileira**. Ministério do desenvolvimento agrário. Brasília, 2010. P. 7-53

SILVA, Ilse G. **Democracia e participação na “reforma” do Estado**. São Paulo, Cortez, 2003.

SINGER, Paulo. **O fim dos anos dourados**. São Paulo, 1997. Disponível em:<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/12/13/caderno_especial/1.html> Acesso em 30 de julho de 2017.

SOUSA, Maria M. et. Al. **A assistência social como política pública de direito: avanços e desafios na efetivação dos direitos sociais**. São Luís, 2013.

XIMENES, Daniel A; AGATTE, Juliana P. **A gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma experiência intersetorial e federativa**, Brasília, 2011.